



Disponível em
<http://www.anpad.org.br/rac>

RAC, Curitiba, v. 13, n. 3, art. 1,
p. 351-365, Jul./Ago. 2009



Limites e Possibilidades Disciplinares da Administração Pública e dos Estudos Organizacionais

Disciplinary Limits and Possibilities of Public Administration and Organizational Studies

Élvia Mirian Cavalcanti Fadul *

Doutora em Urbanismo pela Université Paris XII, Institut d'Urbanisme, França.
Professora da UNIFACS, Salvador/BA, Brasil.

Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva

Doutora em Administração pela UFBA.
Professora da UFBA, Salvador/BA, Brasil.

* Endereço: Élvia Mirian Cavalcanti Fadul

Programa de Pós-Graduação em Administração, PPGA/UNIFACS, Rua José Peróba, 251, Edifício Civil Empresarial, 5º andar, Stiep, Salvador/BA, 41770-235. E-mail: elviam@ufba.br

Copyright © 2009 RAC. Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os limites disciplinares e o desenvolvimento de abordagens inter, multi e transdisciplinares nos campos da administração pública e dos estudos organizacionais. Adota-se uma estratégia metodológica estruturada em duas etapas. A primeira constitui-se de uma abordagem teórica na qual se conceitua disciplina, se exploram teoricamente as possibilidades e os limites das abordagens uni, inter, multi e transdisciplinares, e se desenvolve uma análise dos campos administração pública e estudos organizacionais na perspectiva dessas abordagens. A segunda etapa constitui-se de um estudo empírico no qual se analisam as possibilidades e os limites das abordagens uni, inter, multi e transdisciplinares das divisões Administração Pública e Gestão Social, e Estudos Organizacionais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, EnANPAD. Conclui-se que essas divisões priorizam, com dificuldade, a abordagem unidisciplinar, e apresentam abordagens inter e multidisciplinares sem sistematização, não conseguindo usufruir as possibilidades, nem superar os limites de cada uma delas.

Palavras-chave: uni, inter, multi e transdisciplinaridade; administração pública; estudos organizacionais.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the limits of the unidisciplinary approach to public administration and organizational studies and the development of the inter-, multi- and transdisciplinary approaches in the field. The adopted methodological strategy is structured in two stages. The first consists of a theoretical analysis of the subject in which discipline is conceptualized, the advantages and the limitations of uni-, inter-, multi- and transdisciplinary approaches are theoretically explored, and an analysis of the fields of public administration and organizational studies is carried out. The second stage consists of an empirical study in which the advantages and the limitations of the uni-, inter-, multi- and transdisciplinary approaches are investigated. The empirical study is conducted in the divisions of Public Administration and Social Management, and Organizational Studies of the National Association of Postgraduate Studies and Research in Administration Meeting (EnANPAD). It can be concluded that these EnANPAD divisions prioritize, with some difficulty, the unidisciplinary approach, and present inter- and multidisciplinary approaches without systematization. Thus, the divisions are unable to benefit from possibilities or overcome limitations of the various approaches to disciplinarity.

Key words: unidisciplinarity, interdisciplinarity, multidisciplinary and transdisciplinarity; public administration; organizational studies.

INTRODUÇÃO

O Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração [ENANPAD] organiza-se em dez Divisões Acadêmicas, que agregaram as Áreas Temáticas. Se por um lado este formato de congresso, delineado nessas divisões, traz a vantagem de organizar o evento dentro de uma determinada lógica, segundo uma estrutura específica e em conformidade com ordem estabelecida, por outro lado, esse tipo de estruturação pode causar dificuldades tanto para aqueles que submetem os trabalhos, quanto para aqueles que os avaliam e os selecionam. Essas dificuldades se ampliam ainda mais para os coordenadores de Áreas Temáticas responsáveis pela composição das mesas de apresentação, na medida em que procuram reuni-los de acordo com a afinidade que guardam entre si, o que nem sempre é possível. O que é mais importante ressaltar na análise desse formato é que essa estrutura por divisões pode afastar o surgimento de outras possíveis lógicas, ordens ou desordens, bem como se opõe a uma flexibilização na organização do evento, além de reduzir as possibilidades de maior integração e articulação do conhecimento entre as diversas áreas.

A escolha da divisão pelo autor no momento da submissão do seu trabalho em alguns casos pode tornar-se um problema de difícil solução, por diversas razões: envolve uma definição prévia da divisão, realizada pelo coordenador, com relação aos objetos de estudo que ela comporta; pressupõe entendimento das abordagens e metodologias que serão aceitas nessa divisão; compreende um alinhamento entre o trabalho a ser submetido e a divisão e, sobretudo, o reconhecimento, pelo coordenador e pelos avaliadores, de que aquele trabalho contém todos os elementos pertinentes e necessários para ser avaliado naquela divisão. Uma vez tendo submetido o trabalho, resta esperar que: em primeiro lugar, o trabalho seja considerado como pertencente à divisão e, desse modo, chegue à etapa de avaliação; segundo, ao ser avaliado, o trabalho tenha suficiente aderência à divisão e à perspectiva teórica e metodológica dos avaliadores; e, terceiro, que o trabalho atenda aos demais critérios acadêmicos de avaliação e seja aceito.

O que se levanta, neste estudo, é o fato de que as denominadas divisões constituem-se fundamentalmente em disciplinas que integram e compõem o campo da administração em geral. Se por um lado esta construção verticalizada e segmentada permite, de certa forma, aprofundar teórica e empiricamente cada uma dessas disciplinas de per si, por outro lado, constrói zonas distintas e estanques de saberes, provocando um insulamento, impedindo o diálogo entre disciplinas (e divisões) e compartimentalizando o conjunto dos estudos da administração. Em outras palavras, considera-se que este formato de organização do congresso em divisões acadêmicas favorece o aprofundamento do conhecimento específico ou a especialização dessas temáticas, mas, também, contribui para a fragmentação e o distanciamento da complexidade e da dinâmica do objeto de conhecimento.

Vale notar que a divisão de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade já se destaca desse conjunto por envolver dois campos de conhecimento: administração e contabilidade. Esta divisão pode ser considerada interdisciplinar ou mesmo multidisciplinar, ou até assumir caráter transdisciplinar em função dos objetos, das abordagens e das metodologias que abriga, sob a égide comum do ensino e da pesquisa que são os eixos dominantes e condutores dos trabalhos.

Dentro desta perspectiva, e considerando que as teorias no campo social se formam a partir de análises de fenômenos em determinado contexto sociopolítico em um dado período, é que se define como objetivo deste artigo analisar as possibilidades de superação dos limites disciplinares e de desenvolvimento de abordagens inter, multi e transdisciplinares para as disciplinas administração pública e estudos organizacionais e, mais especificamente, as divisões Administração Pública e Gestão Social, e Estudos Organizacionais. A escolha dessas divisões se deu em função da abrangência dos seus campos de estudo e da permeabilidade que pode haver entre elas, procurando, ainda, reabrir o debate tanto dos rumos da Administração Pública, quanto dos Estudos Organizacionais.

Para cumprimento desse objetivo, desenvolve-se inicialmente um referencial teórico, no qual se conceitua disciplina, e se exploram teoricamente as possibilidades e os limites das abordagens mono,

inter, multi e transdisciplinares. Em seguida, ainda desenvolvendo o referencial teórico, mas já utilizando os conceitos definidos, realiza-se teoricamente uma análise das disciplinas administração pública e estudos organizacionais na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade. Finalmente, com base no referencial teórico e na compreensão teórica dessas disciplinas, analisam-se as possibilidades e os limites das abordagens disciplinares e inter, multi e transdisciplinares para as divisões Administração Pública e Gestão Social, Estudos Organizacionais, conforme se apresentam no EnANPAD.

ABORDAGENS DISCIPLINAR, INTER, MULTI E TRANSDISCIPLINAR

Para definir disciplina recorre-se inicialmente a um Dicionário Epistemológico da Língua Portuguesa, o qual associa o termo disciplina ao termo aprender. O termo disciplina, igual em latim, significa: “regime de ordem imposta ou livremente consentida”; “doutrina, matéria de ensino, conjunto de conhecimentos, que se professam em cada cadeira de um estabelecimento de ensino”; e “relação de subordinação do aluno para com o mestre ou instrutor”. O termo aprender, do latim *discere*, traduzido como apreender ou *appreender*, por sua vez traduzido como apanhar, significa adquirir conhecimento (Cunha, 1982, p. 268).

Explorando o termo disciplina em espanhol, Casanova (2006) encontra-o associado ao termo faculdade, ambos correspondendo a “propósitos de rigor ou exatidão que se identificam com a posse de ‘um saber’ ou o ‘domínio de uma arte ou técnica’ e, também, com divisões de trabalho intelectual em campos, áreas ou aspectos de um fenômeno” (p. 12). Para este autor os termos “disciplina e faculdade evocam os problemas de poder nas ciências e nas humanidades, nas corporações e nas profissões” (p. 12); “os problemas do poder estabelecido e do poder alternativo” (p. 12).

A despeito do termo e da língua — disciplina em latim, italiano e português, *discipline* em inglês e francês, e *disziplin* em alemão — o conceito de disciplina é definido por Abbagnano (2000, p. 288) como, citando Kant (como citado em Abbagnano, 2000, p. 288), “função negativa ou coercitiva de uma regra ou de um conjunto de regras, que impede a transgressão à regra”. Para Fourez (1995, p. 105), “uma disciplina científica nasce como uma nova maneira de considerar o mundo e essa nova maneira se estrutura em ressonância com as condições culturais, econômicas e sociais de uma época”; e “é determinada por uma organização mental” (p. 103), isto é, “uma matriz disciplinar ou um paradigma, ou seja, uma estrutura mental, consciente ou não, que serve para classificar o mundo e poder abordá-lo” (p. 103).

Em síntese, disciplina como termo e conceito, pode ser definida como um conjunto ou, enfatizando o poder disciplinar, um domínio, delimitado e ordenado, de conhecimentos passíveis de produção, difusão, ensino e aprendizado. Esses processos que devem ocorrer dentro dos limites e de acordo com a ordem e, particularmente, com as regras da disciplina, o que implica submissão. A pesquisa, o ensino e a aprendizagem, quando não se submetem a uma disciplina, por superação ou eliminação dos limites, revisão ou desobediência absoluta da ordem, transgressão ou total descumprimento das regras da disciplina, podem assumir uma forma disciplinar alternativa ou até se processarem como algo disforme, como mencionado por Casanova (2006), indisciplinado.

Na perspectiva de analisar as possibilidades e os limites da abordagem disciplinar, inicialmente observa-se que a disciplina resulta de dois movimentos opostos e complementares, quais sejam: por um lado, a reunião ou a articulação de conhecimentos e, por outro lado, a divisão ou a separação de conhecimentos. Mas é o segundo movimento, a divisão, que se evidencia na formação da disciplina e que lhe confere suas possibilidades e seus limites.

Casanova (2006) identifica ambos os movimentos na origem das disciplinas científicas, ao comentar que “enormes possibilidades e limitações das articulações de conhecimentos têm notáveis antecedentes na cultura científica ocidental” (p. 13) e que “o primeiro e o mais importante [entre seus legados] vem

de Aristóteles” (p. 13), por delinear a cultura geral e a especialidade. A divisão entre conhecimento geral e conhecimento específico ocorre não apenas quando a filosofia e a ciência se encontram reunidas na produção de um filósofo, mas, também, quando a filosofia e a ciência se dividem, deixando a produção do conhecimento filosófico e geral a cargo dos filósofos, e a do conhecimento científico e específico, a cargo dos cientistas; e mais, quando a filosofia produzida por filósofos e a ciência produzida por cientistas se subdividem paralelamente em conhecimentos ainda mais específicos.

O agente da divisão entre filosofia e ciência, segundo Japiassu (2006, p. 21), é Kant, considerando que até ele “praticamente todos os filósofos dominavam a física”, sugerindo que esse filósofo, diferentemente dos outros que o antecederam, se teria dedicado apenas à filosofia. Mas, quando ocorreu essa divisão entre ciência e filosofia na produção de conhecimento de um filósofo em particular, a filosofia já contava com divisões internas. Talvez não seja absurdo considerar que o número de divisões da filosofia se aproxime do número de filósofos e de suas produções filosóficas.

A ciência, por sua vez, foi dividida entre conhecimentos da natureza e da humanidade. Essa divisão, na percepção de Casanova (2006, p. 15), acentuou-se porque os cientistas, na “idade moderna”, fizeram “cada vez menos esforços para vincular os conhecimentos acerca da natureza e da humanidade”. A tendência, a partir da revolução industrial, foi a especialização disciplinar. Casanova (2006) relaciona esta tendência ao equacionamento do problema da divisão de trabalho e, em correlato, da racionalização da produção; Japiassu (2006) atribui à redução do objeto; e Fourez (1995) a explica como processo de divisão e classificação dos objetos estudados. Mas o objeto, como ressalta Fourez (1995), não existe antes da existência da disciplina e pode variar com o desenvolvimento da própria disciplina, de modo que “uma disciplina científica não é definida pelo objeto que ela estuda” (p. 106). Segundo esse autor, o objeto de estudo da disciplina não é o objeto em si, o “objeto material” (p. 106), o “objeto formal” (p. 106), isto é, o conceito. Também, segundo esse autor, a construção do objeto ou, mais exatamente, do conceito, envolve a ruptura epistemológica entre o discurso científico e o discurso cotidiano, sendo “característico do discurso científico apagar as suas origens” (p. 107) e apresentar-se “como o da objetividade, fazendo rapidamente esquecer que um ponto de vista foi selecionado de início” (p. 107). Nessa perspectiva, ainda segundo Fourez (1995), os conceitos fundamentais de uma disciplina dependem “de decisão relativa a uma ruptura epistemológica contingente, ... de uma certa visão do mundo e da sociedade, de certo projeto” (p. 108).

Todo esse movimento de especialização culmina com a proliferação atual de disciplinas, como descreve Japiassu (2006, p. 19):

Assistimos hoje a um fantástico crescimento arborescente de nossos saberes, correspondendo a um verdadeiro esfacelamento dispersivo de conhecimentos. Por exemplo, no caso das ciências humanas, somos obrigados a reconhecer que formam um vasto universo de conhecimentos ao mesmo tempo rico, variado e desordenado: longe de corresponder à imagem límpida de uma ciência unificada, somos confrontados a um ‘agrupamento’ anárquico de pesquisas, de dados, de modelos, de hipóteses etc., as disciplinas se revelando bastante indisciplinadas. Tudo se passa como se a seus conhecimentos se aplicasse a lei do desenvolvimento: a divisão do trabalho científico supõe forte crescimento e acelerada dispersão dos saberes. A ponto de cada disciplina encontrar-se subdividida em variados subdomínios, formando uma infinidade de campos especializados mais ou menos justapostos, impedindo uma prática de ensino e pesquisa suscetível de conduzir formados em diversas especialidades a trabalhar em conjunto, numa perspectiva global, abordando uma questão na abrangência de suas dimensões.

Essa proliferação de disciplinas é também uma proliferação de objetos, cada vez mais reduzidos e especificamente construídos, ou conceitos mais definidos, ou ainda problemas mais equacionados, o que pode acarretar, por um lado, disciplinas ou subdisciplinas mais delimitadas e, dentro de seus limites, mais ordenadas e com unicidade e, por outro lado, disciplinas compostas de outras disciplinas e subdisciplinas, cujas totalidades não são claramente delimitadas, encontrando-se desordenadas e fragmentadas.

A especialização disciplinar, desde o seu início até o seu estágio atual, apresenta, segundo Casanova (2006), efeitos positivos e negativos. Como efeito positivo da especialização disciplinar, Casanova (2006, p. 16) ressalta que essa “permitiu alcançar maior rigor e precisão nos fenômenos” e contribuiu para o avanço exponencial das ciências, observando que “o conhecimento científico cresceu como nunca na história humana, e isso se deveu em boa medida à especialização disciplinar, à prática do trabalho intelectual por disciplinas” (p. 16). Como efeitos negativos da especialização disciplinar, Casanova (2006, p. 16) aponta os “problemas de comunicação entre diferentes especialistas” e a afetação do “conhecimento profundo da própria realidade que [a disciplina] pretendia compreender e mudar” (p. 16).

Para Japiassu (2006, p. 29), “os efeitos da especialização revelam-se bastante contraditórios” por tornarem: “possível um inegável aprofundamento dos conhecimentos, geralmente construídos em função de uma disciplina científica estruturada em torno do ensino e de seus interesses” (p. 29) e, em contrapartida, “bastante difícil a elaboração de síntese e de uma visão de conjunto” (p. 29).

O problema talvez esteja, como sugere Casanova (2006, p. 15), em fazer “da disciplina uma forma de dominação do conhecimento”, considerando-se que a “disciplina como autoritarismo pode converter-se em uma ‘aprendizagem da ignorância’ e um freio ao enriquecimento das especialidades e da cultura geral” (p. 15). Para esse autor, “com o pretexto de lutar contra a indisciplina e pelo rigor, luta-se contra a interdisciplina e contra as especialidades interdisciplinares que permitem alcançar maior rigor no conhecimento de relações opressoras e maior eficácia e ativação das relações e dos vínculos libertadores” (p. 15).

Com o mesmo pensamento Japiassu (2006, p. 15) considera que a disciplina “é responsável pela prevalência de uma inteligência bastante míope ou cega, na medida em que é sacrificada a aptidão humana normal de religar os conhecimentos em proveito da capacidade (também normal) de separar ou desconectar”. Para esse autor há uma “contradição entre, de um lado, os problemas cada vez mais globais, interdependentes e planetários (complexos), do outro, a persistência de um modo de conhecimento ainda privilegiando os saberes disciplinarizados, fragmentados, parcelados e compartimentados” (p. 15).

Casanova (2006) e Fourez (1995) também consideram que a inter, a multi e a transdisciplinaridade são mais adequadas do que a unidisciplinaridade para a abordagem da realidade contemporânea, porque, enquanto as abordagens inter, multi e transdisciplinares compreendem essa realidade como algo complexo, as abordagens disciplinares insistem em reduzi-la a algo simples. Contudo Casanova (2006), Fourez (1995) e Japiassu (2006) não propõem a extinção das disciplinas, afastando, como alerta Boulding (como citado em Casanova, 2006, p. 12), “os perigos que implicam romper com o trabalho ‘disciplinar’ e cair em um trabalho indisciplinado”, tendo-se o “trabalho indisciplinado” (Casanova, 2006, p. 15) como sendo “pouco rigoroso” (p. 15). O que esses autores propõem é que as disciplinas sejam mantidas, mas de forma não autoritária, e sem grandes defesas de seus domínios, seus limites, suas ordens e suas regras, para permitir a inter, a multi e a transdisciplinaridade e, por conseguinte, a compreensão da complexidade.

Essa proposta segue a mesma lógica da proposta de Morin (1999) para a reforma do pensamento em função da complexidade. Para esse autor “a complexidade, o pensamento complexo, não é a pesquisa da confusão total impulsionada pela voluptuosidade de se perder na confusão” (p. 30), mas “a união da simplicidade com a complexidade” (pp. 30-31). Trata-se de “manter as regras da lógica clássica ..., mas ser capaz, em alguns casos, de transgredi-las e retornar” (p. 30). De qualquer sorte, as disciplinas nas suas origens, nos seus desenvolvimentos e nos seus estados presentes contrariam as ordens e as regras que lhes são impostas e mostram-se razoavelmente desordenadas e transgressoras, apresentando-se fragmentadas e, na pouca definição de seus limites, tendentes à inter, multi e transdisciplinaridade.

Casanova (2006, p. 29) relata que “a excessiva compartimentação disciplinar produziu, como contrapartida, um movimento a favor do estudo da totalidade em ciências naturais e humanas”, registrando que: esse movimento aumentou nas primeiras décadas do século XX, na década de 30

procurava-se “‘aproximar’ ou até mesmo ‘demolir’ as disciplinas”, e que em 1937 já foi utilizada a palavra “interdisciplina” (p. 29). Complementando o relato, Casanova (2006) reitera a proposta de conciliação entre as abordagens disciplinares, e as inter, multi e transdisciplinares.

Apesar das resistências, as disciplinas não ficaram alheias a esse movimento: pois se, por um lado, se tornaram cada vez mais especializadas e fragmentadas, como é o caso da Economia, analisado por Casanova (2006), e da Sociologia, analisado por Japiassu (2006), por outro lado, passaram a desenvolver, cada vez mais, abordagens inter, multi e transdisciplinares. Na avaliação de Japiassu (2006, p. 26), o “discurso sobre o interdisciplinar ... é pertinente para ... compreensão do caráter e do devir das ciências”, para compreender “por que, entre os cientistas, ainda se privilegia a nobreza das pesquisas fundamentais sobre as consideradas ‘finalizadas’ (aplicadas), nas quais geralmente se concentram os temas interdisciplinares” (p. 26).

Nessa perspectiva, as abordagens inter, multi e transdisciplinaridade são necessárias e inevitáveis para as disciplinas aplicadas, ainda que se coloquem como desafios ou mesmo como indesejáveis, considerando que tratam fundamentalmente daquilo a que Fourez (1995) se refere como problemas concretos e cotidianos, cujas soluções requerem uma prática científica e tecnológica também concreta e cotidiana.

A inter, multi e transdisciplinaridade, como formas alternativas de pesquisa, são definidas por Japiassu (2006, pp. 38-40) nos seguintes termos:

Pesquisa interdisciplinar é a que se realiza nas fronteiras e pontos de contato entre diversas ciências ... podendo ser obra tanto de um indivíduo quanto de uma equipe. ... Pesquisa multidisciplinar é a que é praticada por uma equipe de pesquisadores pertencendo a ramos de saber ou a especialidades diferentes, pondo em relação os diversos aspectos que podem revestir a divisão de trabalho para estudar o objeto de uma disciplina. ... Pesquisa transdisciplinar é a que se afirma no nível dos esquemas cognitivos, podendo atravessar as disciplinas e visando à criação de um campo de conhecimentos onde seja possível a existência de um novo paradigma ou de um novo modo de coexistência e diálogo entre os filósofos e os cientistas, os esquemas nocionais devendo circular da filosofia às ciências naturais e humanas, sem que haja nenhuma hierarquia entre esses diversos modos de problematização e experimentação.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NA PERSPECTIVA DA INTER, MULTI E TRANSDISCIPLINARIDADE

As disciplinas administração pública e estudos organizacionais integram a disciplina administração, que não é apenas científica e acadêmica, como também tecnológica e profissional. Como disciplina científica, ainda que sua cientificidade seja por vezes questionada, a administração é objeto de pesquisas e conta com uma significativa produção de conhecimento. Como disciplina acadêmica, a administração é tratada nos mais diversos cursos de graduação e pós-graduação *stricto e lato sensu*. Como disciplina tecnológica e profissional, a administração integra a produção dos mais diversos bens e serviços e é reconhecida como profissão que reúne várias especialidades.

Considerando que, como afirma Bertero (2006, p. 1), “embora a administração enquanto atividade humana se perca nas brumas dos séculos, há pouco tempo se cogitou que fosse objeto de escolarização”, infere-se que houve um descompasso entre o surgimento da administração como disciplina científica e acadêmica, e a administração como disciplina tecnológica e profissional. Esse descompasso viria a ser corrigido justamente na criação da administração como disciplina científica e acadêmica, no final do século XIX, respondendo às crescentes necessidades sociais, e alinhando-se, assim, à administração como disciplina tecnológica e profissional, mesmo ainda sem a regulamentação da profissão. Ao descrever o processo de escolarização da disciplina administração, Bertero (2006), ressalta a associação entre pesquisa e ensino, e registra o surgimento não de um, mas de dois tipos de programas de administração: administração de empresas e administração pública.

Trata-se, como descreve Bertero (2006) de programas diferentes quanto às origens institucionais e aos objetivos, que se instalaram em universidades americanas⁽¹⁾ nelas seguiram trajetórias também diferenciadas. As escolas de administração de empresas surgiram “ora como desdobramentos dos departamentos mais tradicionais de economia, ora como novas escolas” (p. 2), oferecendo cursos, primeiro, de pós-graduação e, segundo, de graduação. Os cursos de pós-graduação em administração de empresas foram oferecidos inicialmente apenas como mestrado (*Master of Business Administration* [MBA]) e posteriormente também como doutorado (*Doctor Commercial Sciences* [DCS] em Harvard, e *Doctor of Business Administration* [DBA] nas outras universidades, títulos esses abolidos, passando-se a adotar para administração o título de *Philosophy Doctor* [Ph.D]). Os cursos de graduação em administração de empresas, depois de se expandirem e chegarem a integrar universidades de prestígio, passam a ser oferecidos apenas por “universidades de menor prestígio e produção científica” (Bertero, 2006, p. 2), bem como pelos *junior e community colleges*. Já as escolas de administração pública surgiram “nos departamentos de *government*” (Bertero, 2006, p. 3), constituindo-se primeiro como departamentos e depois como escolas, com programas que objetivavam a formação do funcionalismo público para a atuação nas diversas instâncias governamentais, oferecendo cursos técnicos e de graduação em administração pública.

Bertero (2006) descreve ainda como esse processo de escolarização da disciplina administração nos Estados Unidos é reproduzido no Brasil sob a forte influência norte-americana. O objetivo era, em prol de uma **nova ordem, modernizar** tanto o **mundo empresarial privado** quanto o **aparato administrativo público** na perspectiva de que “todos os problemas da humanidade seriam solucionados pelo desenvolvimento econômico, que traria no seu bojo também o desenvolvimento social e político” (p. 4). Nessa perspectiva, foram criados os primeiros cursos de administração no Brasil: o de administração de empresas em São Paulo e o de administração pública no Rio de Janeiro. Desse modo, a disciplina de administração nos Estados Unidos, no Brasil e em diversos países, apresenta-se originalmente dividida em duas disciplinas, administração de empresas e administração pública e, por sua vez, subdivididas em outras tantas disciplinas.

Na administração, evidencia-se a disciplina administração pública que, apesar das inúmeras mudanças pelas quais passou, parece ter conservado sua identidade. O mesmo não acontece com a disciplina estudos organizacionais, cuja origem não se identifica tão claramente. Uma das possibilidades é que a disciplina estudos organizacionais seja uma evolução da disciplina administração de empresas e, particularmente, que o conceito de organização tenha substituído o conceito de empresa, nessa evolução. Outra possibilidade é que a disciplina de estudos organizacionais se tenha originado das disciplinas sociais que constituíam, e ainda constituem, os currículos dos cursos de administração de empresas e pública, e particularmente da sociologia, que apresenta no seu desenvolvimento a divisão de sociologia das organizações.

Independentemente de sua origem, a disciplina estudos organizacionais na atualidade envolve a administração de empresas e a administração pública; tomando como objeto de estudo organizações privadas e públicas. Na atual configuração, a disciplina estudos organizacionais parece querer compreender a disciplina administração na sua totalidade, constituindo a tão desejada unidade. Contudo, tanto administração pública quanto estudos organizacionais, tal qual outras disciplinas humanas e, em perspectiva mais ampla, as disciplinas científicas em geral, podem revelar-se, como indica Japiassu (2006, p. 19), “bastante indisciplinadas”.

A Disciplina Administração Pública

A trajetória da administração pública brasileira sofreu transformações marcantes ao longo do último século, em geral motivadas por episódios políticos e crises nos quais o governo responde com movimentos de reforma mais ou menos intensa das estruturas e organizações do setor público. Essas reformas, ao longo das várias décadas, traduzem o momento político e o modo como o Estado se posiciona com relação à sociedade e ao processo produtivo. Esses movimentos fizeram com que a administração pública no Brasil tenha experimentado avanços quanto às estruturas, aos métodos, aos procedimentos, à melhoria da qualificação e à profissionalização dos servidores públicos. No entanto,

apesar dessas iniciativas de reforma, não se percebe preocupação em aprofundar conceitualmente as mudanças e as inovações. Pouco foi realizado para o desenvolvimento de um arcabouço teórico que dê conta de analisar e compreender a complexidade inerente às diversas dimensões da administração pública brasileira. Em outras palavras, do ponto de vista das pesquisas e estudos teóricos, os avanços não têm acompanhado esta evolução, nem refletem a importância desse campo de conhecimento.

A administração pública chegou a ser considerada academicamente como tema fora de moda, ultrapassado, quase em extinção como campo de conhecimento, subalterna a outras disciplinas das ciências sociais, colocada em segundo plano, mesmo com relação ao próprio estudo da administração, voltado essencialmente para as variações da administração de empresas e dos estudos organizacionais. A disciplina foi perdendo seu foco e relevância na segunda metade do século passado, conseguindo recuperar vagamente sua importância no final desse mesmo século, com os impactos das transformações provocadas pelos processos de reforma do Estado e pelas privatizações dos serviços públicos. Esse fenômeno reflete e influencia a trajetória do ensino e da pesquisa da administração pública; mas, ainda assim, guarda lacunas teóricas e metodológicas que comprometem o seu desenvolvimento.

Atribui-se esta carência conceitual e metodológica da administração pública, de uma parte, ao fato de ela ser, enquanto ciência, uma disciplina relativamente jovem, tendo nascido no final do século XIX. De outra parte, as fragilidades do campo são atribuídas ao fato de, nos seus primórdios, a disciplina ter-se valido, para a sua formação, do arcabouço teórico de outras ciências, sobretudo das ciências jurídicas e das ciências políticas. A partir de então, a administração pública esteve sempre apoiada em teorias emprestadas de outras disciplinas, e sempre marcada pela presença de um corpo conceitual que ainda não lhe é próprio.

Os estudos da administração pública mostram que, na sua evolução, a disciplina é influenciada, em certos períodos, pela ênfase em uma abordagem ou campo teórico, podendo-se, metodologicamente, demarcar etapas distintas em cada um desses momentos. Ainda assim, discute-se a origem da Administração Pública como parte do direito administrativo, especialmente nos países latinos (Keinert, 2000); ou como parte da ciência política (Souza, 1998), quando a ciência administrativa começa a declinar; ou ainda marcada pela ciência econômica em períodos de intervenção do Estado na economia (Keinert, 2000).

A administração pública nasce, em meados do século XIX, buscando uma separação da política. No Brasil, na primeira metade do século XX, ela continua desenvolvendo-se sem ênfase nas políticas, mas com ênfase muito grande na execução, adotando os princípios da administração científica, com modelo prescritivo e com idéias modernizantes. Na década de 50, o enfoque é ainda gerencial, mas há uma aproximação maior com a ciência política. A administração pública passa, também, por períodos de transição. Sai de uma fase voltada para o Estado e a tecnoburocracia, que surge com a emergência de um novo poder na sociedade de classe, para caminhar numa vertente focada nas relações entre novos atores políticos e sociais que passam a transitar neste cenário, procurando romper com padrões burocráticos sedimentados no período autoritário e centralizador, e caminhando rumo a um novo padrão de gestão pública. Na década de 90, a administração pública brasileira entra numa era gerencial e empreendedora, procurando tornar-se mais flexível e eficiente, reduzir o seu custo, melhorar a qualidade dos serviços prestados, valorizando o servidor, profissionalizando o setor público, aprofundando a burocracia clássica, e protegendo-a contra o clientelismo e a corrupção.

Uma estrutura metodológica interessante para análise da administração pública, enquanto campo de conhecimento, é a concebida por Keinert (1994, 2000). Nesses trabalhos, utilizando metodologia baseada na proposição de Golembiewski e Henry⁽²⁾, a autora procura caracterizar a abordagem dominante em cada período, a qual denomina de *focus*⁽³⁾, e o objeto material, o qual denomina de *locus*⁽⁴⁾. Associa estes elementos às principais correntes de pensamento, identificando quatro períodos paradigmáticos ao longo da evolução da administração pública brasileira: a) administração pública como ciência jurídica (1900-1929), marcada por uma tendência legalista e caminhando de forma integrada e fundamentada no direito administrativo que lhe servia também de instrumental para sua ação; b) administração pública como ciência administrativa (1930-1979), definida paradigmaticamente

pelo reforço dos chamados princípios da administração; c) administração pública como ciência política (1980-1989) quando passa a ser permeada por conceitos da ciência política, na medida em que a administração pública ganha um viés mais democrático e transparente, com maior controle social resultante da institucionalização de canais de participação; d) administração pública como administração pública (1990-...), considerada a fase do paradigma emergente do interesse público, quando a administração pública começa a ser pensada como administração pública (Keinert, 1994).

Ao longo dessa trajetória as pesquisas em administração pública traduzem as transições e são geralmente dedicadas aos estudos setoriais, resultando em pluralismo e fragmentação temática. Esses estudos privilegiam dimensões instrumentais do setor público, como financiamento, gestão, alocação de recursos, formulação de políticas, programas e projetos governamentais, dimensões comportamentais, treinamento, política de recursos humanos, qualificação profissional, dentre outros.

Na medida em que expressões como descentralização, participação, equidade, controle social, transparência, ganham centralidade nas agendas dos governos e integram o vocabulário de políticos e de administradores públicos, passam também a constituir focos de interesse da comunidade de pesquisadores. Nesse contexto, os trabalhos sobre o setor público e de análise da administração pública estão articulados com a ciência política, com a sociologia política, com a economia, entre outros campos, sem necessariamente serem tratados no conjunto de um corpo de estudos teóricos acerca da administração pública como tal. Constata-se, pois, que não existe ainda uma teoria da administração pública em formação no Brasil, pois se teoriza sobre a formação histórica da administração pública, mas não se teoriza acerca da administração pública propriamente dita.

A Disciplina Estudos Organizacionais

Essa disciplina pode ser designada por diversos termos, a depender de sua condição de independência ou de pertinência, e da ciência ou disciplina à qual ela pertence. Quando completamente independente, trata-se da ciência da organização que, segundo Casanova (2006), é uma disciplina que resulta da reunião de outras disciplinas como engenharia, fisiologia, administração, economia e sociologia, em função da organização, aí concebida como sistema complexo. A ciência da organização caracteriza-se por sua transversalidade em relação às outras disciplinas, o que faz dela, na definição de Japiassu (2006), uma hiperdisciplina. Quando pertence a uma disciplina, os estudos organizacionais são a especificação de uma disciplina mais ampla, voltada para a organização definida como parte do objeto de estudo da disciplina de origem. Nessa condição de pertinência, aqui se destacam: a sociologia das organizações e a psicologia das organizações. Outras disciplinas organizacionais poderiam ser também identificadas, mas essas são as mais visíveis na administração. Quando considerada como pertencente à administração, a disciplina estudos organizacionais é designada em função da sua origem ou pertinência a outra disciplina, da concepção de ciência defendida e até do objeto estudado. São exemplos de termos utilizados para denominar essa disciplina na administração: sociologia das organizações, considerando-se que a administração é uma ciência social aplicada, teoria (geral) da administração, teoria(s) da(s) organização(ões) ou organizacional(is), organização(ões) e ainda estudos organizacionais, como designada neste estudo.

Na tentativa de delimitar a disciplina estudos organizacionais, recorre-se inicialmente a Motta (2001), que compreende a teoria das organizações como uma evolução da teoria da administração. Para esse autor, a “teoria da administração, coloque-se ela como geral, pública, empresarial, da educação, hospitalar ou de qualquer outro tipo, tem suas origens na preocupação com a produtividade, dominante a partir Revolução Industrial” (p. 3). Trata-se então da teoria da administração, como um conjunto de teorias e, mais exatamente, de técnicas administrativas voltadas para a racionalização e o aumento da produção. A transição da teoria da administração para a teoria das organizações ocorre quando a preocupação com a produtividade é substituída pela preocupação com a eficiência do “sistema social em que a administração se exerce ..., em face das determinações estruturais e comportamentais” (p. 11). A teoria das organizações evolui, ao passo que são agregados outros campos de conhecimentos (engenharia, psicologia, sociologia, política, economia, antropologia etc), são adotados conceitos e teorias desses outros campos (burocracia, comportamento, sistema etc), são

desenvolvidos conceitos e teorias propriamente organizacionais, e o objeto organização amplia-se e torna-se cada vez mais complexo. Nas tendências contemporâneas da teoria das organizações é identificada uma multiplicidade de conceitos e teorias sem ordem geral, tornando-se difícil delimitar a disciplina e assegurar a sua pertinência à administração, exceto pela permanência e pela hegemonia das abordagens prescritivas neoclássicas, como um conjunto de técnicas de gestão organizacional que objetivam a racionalização e o aumento da produção.

Outras tentativas de sistematização dos estudos organizacionais, tal como a de Motta (2001), reconhecem a existência de uma multiplicidade de teorias ou abordagens e conceitos, bem como a ausência de ordem geral. Na perspectiva de ordenar o conjunto de teorias passíveis de serem aplicadas para a análise das organizações sociais, enfatizar o caráter científico dessas teorias, e assegurar a pertinência dessas teorias à sociologia, Burrell e Morgan (1979) identificam quatro paradigmas sociológicos (funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical), nos quais deveria enquadrar-se todo o conhecimento produzido. Esses autores ressaltam a hegemonia do paradigma funcionalista, caracterizando-o, por um lado, pela ênfase no objeto positivamente abordado e, por outro, pela sociologia da regulação na qual o objeto sociedade é racionalmente explicado. Ao se afastar dos paradigmas e sistematizar o campo com base em metáforas, Morgan (1996) demonstra, ou que não está preocupado com a cientificidade do campo, ou que sua concepção de ciência se afasta do paradigma funcionalista, ao passo que se aproxima do paradigma interpretativo. As oito metáforas organizacionais (máquina, organismo, cérebro, cultura, política, dominação, fluxo e transformação, e prisão psíquica), identificadas pelo autor, e ainda as passíveis de serem identificadas, são sistematizações de conhecimentos produzidos em função de suas formas de pensar e agir sobre as organizações. A metáfora máquina, por exemplo, compreende as teorias voltadas para a racionalização da produção.

Para Reed (1999), diante da fragmentação dos estudos organizacionais, há três reações possíveis. A primeira é conservadora e consiste em escolher um paradigma ou uma teoria e se prender a essa escolha, ao produzir conhecimento. A segunda é relativista e consiste em adotar paradigmas e teorias para produzir conhecimentos. A terceira, que ele privilegia, é analisar criticamente os paradigmas e as teorias e, com base nessa análise, nortear a produção de conhecimento. Ao “reconstruir a história do desenvolvimento intelectual da teoria organizacional de forma a balancear contexto social com idéias teóricas, bem como as condições estruturais com inovação conceitual” (p. 63), o autor identifica seis narrativas e correspondentes problemas (racionalidade e ordem, integração e consenso, mercado e liberdade, poder e dominação, conhecimento e controle, e justiça e participação) associados a uma diversidade de teorias. Confrontando essas narrativas, o autor ainda identifica interseções ou debates existentes (atuação/estrutura, construtivista/positivista, local/global e individualista/coletivista) e exclusões ou faltas de abordagem (gênero; raça e etnicidade; tecnociência; e desenvolvimento global e subdesenvolvimento). Todas essas sistematizações apontam uma ampliação e fragmentação da disciplina estudos organizacionais, em processo que envolve a integração de outras disciplinas, a utilização e o desenvolvimento de novas abordagens, a diversificação dos temas e dos objetos abordados, o que resulta na concepção de organização como algo amplo, multidimensional, complexo e dinâmico.

A dificuldade em delimitar a disciplina estudos organizacionais se evidencia no processo de elaboração do *Handbook of Organization Studies* (Clegg, Hardy, & Nord, 1996). A proposta era mapear o campo em função do que foram convidados teóricos para desenvolver abordagens gerais, como a do capítulo de Reed (1999) e abordagens específicas de temas tratados no campo. Apesar do esforço de seus autores nas tentativas de sistematização do conhecimento produzido sobre organização como um todo, e sobre as especificidades da organização, eles não conseguiram mapear o campo dos estudos organizacionais na sua totalidade. Ressaltando esse fracasso, os autores convidam os leitores a manter conversações com o livro na perspectiva de avançar na compressão do campo. Aceitando essa provocação, a tradução brasileira do *Handbook* dos Estudos Organizacionais (Caldas, Fachin, & Fischer, 1999, 2001, 2004) apresenta, além dos artigos traduzidos, notas técnicas que acompanham esses artigos e procuram analisar o campo no contexto brasileiro.

Dentre as notas técnicas do primeiro volume (Caldas *et al.*, 1999), destaca-se a que mantém uma conversação com o referido artigo de Reed (1999) e é assinada por Fachin e Rodrigues (1999). Nessa

nota os autores consideram que nesse livro se evidenciam “as diferentes perspectivas que organizam o campo de estudos” (Fachin & Rodrigues, 1999, p. 98), criando “oportunidades para que ‘conversações’ comecem, entre tais tendências, estimulando a diversidade, acordos e desacordos” (p. 98), e que, particularmente nesse artigo, é possível “perceber, de forma mais clara, as diferentes ênfases teóricas, com a luz que derrama sobre diversos pontos de vista” (p. 100). Nessa perspectiva, esses autores observam que o “leitor brasileiro poderá, assim, melhor inserir-se na comunidade mundial de estudiosos e a [SIC] contribuir para o conhecimento em administração escrevendo sobre nossa realidade” (p. 100).

Quanto aos estudos organizacionais no contexto brasileiro, vale ainda registrar que as sistematizações e análises do campo (Bertero, 2006; Bertero, Caldas, & Wood, 2005; Carrieri & Rodrigues, 2000; Fachin & Rodrigues, 1999; Machado-da-Silva, Cunha, & Amboni, 1990; Vergara, 2005) criticam a exagerada influência estrangeira e certo mimetismo em relação à produção científica; a priorização de literatura estrangeira em detrimento da nacional; o não desenvolvimento de abordagens próprias de temas especificamente brasileiros; e, ainda, a hegemonia do paradigma funcionalista, das abordagens positivistas e dos estudos de caso.

AS DIVISÕES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NA PERSPECTIVA DE ABORDAGENS DISCIPLINAR, INTER, MULTI E TRANSDISCIPLINARES

A Divisão Acadêmica Administração Pública e Gestão Social no EnANPAD 2006 é subdividida em três áreas temáticas: APS-A, Estado, Administração Pública e Sociedade Civil; APS-B, Gestão e Políticas Públicas; e APS-C, Gestão Social e Ambiental. Ao analisar os artigos publicados nos anais deste congresso, observa-se que, muito mais do que uma construção fundada em conceitos que ajudam a interpretar os fatos, o que identifica e situa os trabalhos nessa divisão é o seu *locus*, ou seja, o objeto material que abordam. Percebe-se, assim, sendo incluído em administração pública, tudo o que se relaciona ao setor público ou que trata de funções de governo, independentemente da abordagem e do modo como o tema é discutido. Nessa análise, observa-se também que as áreas APS-A e APS-B se confundem, ou melhor, não têm identidade claramente definida, de modo que qualquer um dos temas abordados poderia ser facilmente alocado em uma ou outra área. Percebe-se, contudo, que a área APS-C desta divisão é a que guarda maior coerência entre os temas e abordagens que congrega.

No conjunto dos trabalhos publicados há grande diversidade de temas, e esses são tratados das mais variadas formas, sendo difícil encontrar eixos dominantes ou estruturantes que possibilitem enquadrá-los em amplos grupos temáticos. Não há uma unicidade de conceitos, de tratamento, de abordagens e de metodologias; os referenciais teóricos são limitados, confundindo-se, no mais das vezes, com a contextualização do objeto material.

A divisão Estudos Organizacionais, neste mesmo congresso, encontra-se dividida em três áreas temáticas: EOR-A, Teoria das organizações; EOR-B, Comportamento organizacional; EOR-C, Gestão de organizações e desenvolvimento, com alguma definição do que caracteriza cada área. Ao analisar os artigos publicados nos anais, observa-se aquilo que identifica e situa os trabalhos nessa divisão é o objeto formal, isto é, seu conceito fundamental: a organização. Mas nos artigos o conceito de organização encontra-se diferentemente definido e tratado segundo as mais diversas abordagens, de modo que não seria exagero afirmar, que tudo o quanto puder ser definido como organização pode vir a ser enquadrado nessa divisão. Nessa análise, observa-se também que a área EOR-A compreende desde artigos que desenvolvem reflexões epistemológicas, teóricas e metodológicas, até artigos que apresentam um referencial teórico mais elaborado ou procedimentos metodológicos mais detalhados. A área EOR-B compreende artigos que abordam a dimensão humana nas organizações, ora identificada por abordagens e conceitos ou objetos formais, ora por objetos em si ou objetos materiais. A área EOR-C discute as práticas de gestão organizacional, tanto em abordagem funcional que visa à racionalização da produção, quanto em abordagem crítica para com essa racionalização. Vários artigos

poderiam ser apresentados indiferentemente em qualquer uma das áreas dessa divisão, e ainda em outras divisões, havendo particularmente uma aproximação entre a área EOR-B, Comportamento Organizacional, com a divisão Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, e a área EOR-C, Gestão de Organizações e Desenvolvimento, com as Divisões Administração Pública e Gestão Social; Estratégia em Organizações; e, ainda, Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação. As três áreas, EOR-A, EOR-B, e EOR-C, apresentam grande diversidade de temas, objetos formais e materiais, e abordagens, dificilmente agrupáveis.

Ao analisar as características, as possibilidades e os limites disciplinares, e inter, multi e transdisciplinares das divisões Administração Pública e Gestão Social [APS], e Estudos Organizacionais [EOR], no EnANPAD 2006, verifica-se o seguinte:

- a) Ambas as divisões procuram priorizar as abordagens disciplinares, o que é dificultado pelas definições ou indefinições das disciplinas que lhe dão origem, sendo as divisões reflexos das disciplinas.
- b) Na abordagem disciplinar, ambas as divisões enfatizam a divisão do conhecimento, a ponto de torná-lo específico, fragmentado e de difícil síntese; são autoritárias e procuram excluir, com base em critérios questionáveis, abordagens de outras disciplinas, embora aceitem abordagens inter, multi e transdisciplinares. Não dispõem de instrumental teórico e metodológico que permita abordar, de modo específico e simples, um objeto de conhecimento, mantendo o rigor necessário na produção e na difusão do conhecimento científico; e não utilizam práticas consolidadas de pesquisa, ensino e aprendizagem.
- c) Ainda na abordagem disciplinar, enquanto a divisão Administração Pública e Gestão Social busca a redução e a simplificação do objeto ao objeto material, a divisão Estudos Organizacionais tende a uma ampliação do objeto e a construí-lo, como objeto formal, de modo complexo. Isso dificulta ambas as divisões a aprofundarem o conhecimento da realidade, considerando as suas especificidades e a sua simplicidade.
- d) Ambas as divisões apresentam abordagens inter e multidisciplinares, mas não apresentam abordagens transdisciplinares.
- e) Nas abordagens inter e multidisciplinares, ambas as divisões articulam o conhecimento, mas não chegam a produzir um conhecimento geral e sintético, nem reverter a fragmentação e a dispersão do conhecimento na divisão. Requerem o desenvolvimento de um instrumental teórico e metodológico que permita abordar de modo amplo e complexo um objeto de conhecimento, mantendo o rigor necessário na produção e na difusão do conhecimento científico, bem como requerem a consolidação de práticas de pesquisa, ensino e aprendizagem.
- f) Ainda nas abordagens inter e multidisciplinares, ambas as divisões, ao construírem o objeto formal como total e complexo, ora excluem abordagens disciplinares e específicas de objetos simples, ora as incorporam articulando-as, e não chegam a aprofundar o conhecimento da realidade, considerando a sua amplitude e a sua complexidade. Quanto à construção do objeto como total e complexo, ambas as divisões enfrentam problemas adicionais. A Administração Pública e Gestão Social, porque prioriza o objeto material em detrimento do formal, e a Estudos Organizacionais, em função da amplitude de seu objeto formal.

CONCLUSÃO

Na reflexão sobre as abordagens disciplinares, e inter, multi e transdisciplinares, verificou-se que, em função de suas próprias características, elas apresentam possibilidades e limites de produção e difusão do conhecimento para a pesquisa, ensino e aprendizagem.

Ao analisar as disciplinas administração pública e estudos organizacionais, verificou-se que ambas, em abordagens disciplinares, apresentam características que dificultam a articulação delas com outras disciplinas, e com o desenvolvimento de abordagens inter, multi e transdisciplinares, quando não impedem a potenciação de suas possibilidades e a superação de seus limites disciplinares. Em outras palavras, as duas divisões procuram priorizar a abordagem disciplinar, mas enfrentam dificuldades no desenvolvimento dessa abordagem, de modo que não conseguem usufruir as suas possibilidades, nem superar os seus limites. Por outro lado, ambas apresentam abordagens inter e multidisciplinares, mas não o fazem de modo organizado e sistematizado, de modo a otimizar as possibilidades e minorar os limites também pertinentes a esse tipo de abordagem.

O que essa análise evidencia, entre outros aspectos discutidos ao longo do texto, é a necessidade de uma reflexão conjunta sobre as divisões analisadas e, por conseguinte, uma discussão sobre as possibilidades de revisão dessas divisões, de modo a potenciar as possibilidades e superar os limites, tanto da abordagem disciplinar, quanto das abordagens inter, multi e transdisciplinares. Ao lado de uma discussão aprofundada que conduza à revisão das divisões analisadas, considera-se interessante e oportuno a criação, abertura e ampliação de espaços no EnANPAD que facultem as abordagens inter, multi e transdisciplinares.

Em última instância, mas não menos importante, ressaltando os limites e as possibilidades deste trabalho, esclarece-se, de um lado, que o que ora é apresentado nesse artigo não contempla todas as dimensões passíveis de serem exploradas, considerando, também, que a problemática aqui abordada não se esgota nesse estudo. Por outro lado, o que a pesquisa sugere e aponta caminha na direção do aprofundamento de sua abordagem, estimulando a realização de outros estudos e a promoção de debates que compreendam todas as divisões do EnANPAD, bem como os encontros divisionais. Por fim, em perspectiva mais ampla, cabe sugerir que se enseje e que se incentive a discussão das disciplinas que integram o campo da administração e da própria disciplina administração.

Artigo recebido em 28.02.2008. Aprovado em 10.07.2008.

NOTAS

¹ Diz Bertero (2006, pp. 1-2): “O início ocorreu nos Estados Unidos ou na França. Ambos os países reivindicam o início do curso de administração de negócios no final do século XIX. Nos Estados Unidos, na Wharton School, e na França, na École des Hautes Études Commerciales [HEC]. No entanto foi nos Estados Unidos que a educação em administração se instalou na universidade”.

² Estes autores desenvolveram os conceitos de *locus* e *focus*.

³ Perspectiva teórica que coloca à disposição conceitos para selecionar e interpretar os fatos reais e as observações integrativas relevantes para as principais questões. (Keinert, 2000, p. 30). Instrumental teórico e analítico dominante na produção de conhecimento em Administração Pública (*specialized what*).

⁴ É o que delimita o território a ser explorado pelo estudo, definindo os fenômenos empíricos que constituem o objeto da pesquisa (*institutional where*). (Keinert, 2000, p. 30).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagnano, N. (2000). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bertero, C. O. (2006). *Ensino e pesquisa em administração*. São Paulo: Thomson Learning.
- Bertero, C. O., Caldas, M. P., & Wood, T., Jr. (Eds.). (2005). *Produção científica em administração no Brasil*. São Paulo: Atlas.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of the corporate life*. Aldershot: Gower.

- Caldas, M., Fachin, R., & Fischer, T. (Eds.). (1999). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais* (Vol. 1). São Paulo: Atlas.
- Caldas, M., Fachin, R., & Fischer, T. (Eds.). (2001). *Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções* (Vol. 2). São Paulo: Atlas.
- Caldas, M., Fachin, R., & Fischer, T. (Eds.). (2004). *Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais* (Vol. 3). São Paulo: Atlas.
- Carrieri, A. P., & Rodrigues, S. B. (2000, junho). A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
- Casanova, P. G. (2006). *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo.
- Clegg, S. R., Hardy, C., & Nord, W. R. (1996). *Handbook of organization studies*. London: SAGE.
- Cunha, A. G. (1982). *Dicionário epistemológico nova fronteira da língua portuguesa* (2a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Fachin, R., & Rodrigues, S. B. (1999). Nota técnica: teorizando sobre organizações – vaidades ou pontos de vista? In M. Caldas, R. Fachin, & T. Fischer (Eds.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais* (Vol. 1, pp. 99-104). São Paulo: Atlas.
- Fourez, G. (1995). *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: UNESP.
- Japiassu, H. (2006). *O sonho transdisciplinar: e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Keinert, T. (1994). Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-1992). *Revista de Administração de Empresas*, 34(3), 41-48.
- Keinert, T. (2000) *Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas*. São Paulo: Annablume.
- Machado-da-Silva, C., Cunha, V. C., & Amboni, N. (1990, setembro). Organizações: o estado da arte da produção acadêmica do Brasil. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Florianópolis, SC, Brasil, 14.
- Morgan, G. (1996). *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas.
- Morin, E. (1999). Por uma reforma do pensamento. In A. Pena-Veja, & E. P. Nascimento (Eds.). *O pensar complexo: Edgard Morin e a crise da modernidade* (3a ed., pp. 21-34). Rio de Janeiro: Garamond.
- Motta, F. C. P. (2001) *Teoria das organizações: evolução e crítica* (2a ed.). São Paulo: Pioneira/Thomson Learning.
- Reed, M. (1999) Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In M. Caldas, R. Fachin, & T. Fischer (Eds.). *Handbook dos estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais* (Vol. 1, pp. 61-98). São Paulo: Atlas.
- Souza, C. (1998) Pesquisa em administração pública no Brasil: uma agenda para debate. *Revista de Administração Pública*, 32(4), 43-61.
- Vergara, S. C. (2005). Estudos organizacionais: a produção científica brasileira. In C. O. Bertero, M. P. Caldas, & T. Wood Jr. (Eds.). *Produção científica em administração no Brasil* (pp. 35-49). São Paulo: Atlas.